



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

FRANCISCA PEREIRA DA SILVA

**OS PROBLEMAS DE CRESCIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE
CARRAPATEIRA – PB**

CAJAZEIRAS

2015

FRANCISCA PEREIRA DA SILVA

**OS PROBLEMAS DE CRESCIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE
CARRAPATEIRA – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras- PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Dr.Marcelo Henrique de Melo Brandão

CAJAZEIRAS

2015

FRANCISCA PEREIRA DA SILVA

**OS PROBLEMAS DE CRESCIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE
CARRAPATEIRA – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras- PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão – (Orientador)

Universidade Federal de Campina Grande
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Prof^ª Dr^ª. Jacqueline Gonçalves Lustosa– (Examinador 1)

Universidade Federal de Campina Grande
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Prof. Msc. Marcos Assis Pereira de Souza– (Examinador 2)

Universidade Federal de Campina Grande
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a graça de ter chegando até aqui. Por me proteger todos os dias durante essa longa caminhada.

Agradeço a minha família em especial aos meus pais pelas palavras de incentivo para continuar na realização deste sonho.

Agradeço a meu esposo pela compreensão, ajudando-me a permanecer firme e forte nessa jornada e por ter acreditado em mim e a meu filho pelo seu amor e dedicação.

Agradeço a todos os meus amigos pessoais, como também os da Universidade, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que essa realização acadêmica acontecesse.

Agradeço, a todos os meus professores desta Instituição de Ensino Superior pelo grande carinho durante todos esses anos, onde cada dia foi uma experiência única, levando comigo muito conhecimento.

Agradeço aos professores da banca examinadora Marcos Assis Pereira de Souza e Jacqueline Gonçalves Lustosa por fazerem parte desta apresentação acadêmica.

Agradeço por fim ao meu professor e orientador, pela dedicação, paciência, em dividir os seus conhecimentos, e que, no momento em que mais precisei de apoio, não hesitou em me ajudar, favorecendo o incentivo para a realização deste trabalho acadêmico.

RESUMO

Este estudo aborda os problemas de crescimento urbano do município de Carrapateira – PB. O modelo de desenvolvimento urbano ocorrido na cidade, marcado principalmente pelo difícil acesso e pela falta de um planejamento para esse crescimento, causando principalmente, os impactos ao meio ambiente urbano. O presente trabalho teve como objetivo analisar os problemas de crescimento urbano do município de Carrapateira do alto sertão da Paraíba. Tendo como procedimento metodológico um estudo de busca de informações e dados relacionados às características geográficas do município de acordo com o IBGE. Logo, a pesquisa é de caráter descritivo qualitativo tendo como base para análise das características socioeconômicas do município, contextualizando o pensamento de alguns autores a respeito urbanização. Destacam-se então, nesse estudo, os problemas de crescimento urbano, analisando os diferentes tempos e cenários da ocupação e usos das áreas, as representações sociais dos usuários e instituições sobre os principais símbolos e imagens que têm da área. Percebe-se a construção de um novo pavimento por falta de espaço para a construção de novos conjuntos habitacionais por ocorrer a divisão de terras por herança e seus donos não se desfazem de suas terras. Nessas condições a solução seria a venda ou doação dessas terras, e que as políticas públicas fossem executadas.

Palavras-Chave: Ocupação; Urbanização; Uso do Solo; Carrapateira.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Planta que deu origem ao nome do município.....	22
FIGURA 2: Mapa de localização do município de Carrapateira/PB.....	26
FIGURA 3: Mapa de Acesso Rodoviário.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População – Carrapateira/PB.....	22
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Economia Local	23
TABELA 2: Receitas orçamentárias e despesas do município	23
TABELA 3: Pecuária local.....	24
TABELA 4: Produção agrícola municipal – Lavoura temporária.....	25

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Padre Nicolau Leite.....	20
FOTO 2: Construção da capela Santo Afonso	20
FOTO 3: Município de Carrapateira/PB	21
FOTO 4: Crescimento urbano.....	30
FOTO 5: Aspectos da urbanização.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
PMC Prefeitura Municipal de Carrapateira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	14
2.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS.....	18
3. O CRESCIMENTO URBANO DE CARRAPATEIRA/PB.....	19
3.1 Aspectos históricos.....	19
3.1.1 A origem do nome: Carrapateira.....	22
3.2 Economia Local.....	23
3.2.1 Produção Agropecuária.....	23
3.2.2 Mercado de trabalho.....	25
3.3 Aspectos Geográficos.....	26
4. OS PROBLEMAS DO CRESCIMENTO URBANO.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

Segundo Moreira (2014) a urbanização é um fenômeno de extrema complexidade, representando geograficamente o desenvolvimento de um determinado espaço territorial, modificando o meio, tornando-o cidade. Esse desenvolvimento envolve as modificações que ocorrem na malha urbana, sejam pelas construções de casas, prédios, avenidas, escolas, hospitais entre outros.

Na concepção dessa autora o crescimento urbano é um processo social e demográfico, e refere-se à importância crescente das cidades, como locais de concentração da população. Isso ocorre quando a distribuição da população deixa de estar largamente assentada em lugarejos e aldeias, para estar predominantemente em cidade, causando um crescimento na maioria das vezes sem nenhum disciplinamento.

Este trabalho propõe analisar os problemas de crescimento urbano de Carrapateira, buscando soluções para tais problemas ligados a falta de espaço para a expansão de conjuntos habitacionais. Em virtude da constante construção do espaço, influenciando assim na ocupação e nas diversas formas dos usos da área. É importante a aplicação de um processo consciente, crítico e transformador para população, e para que o poder público aplique fiscalização rigorosas para o cumprimento das leis em vigor, preservando assim o território em seu uso.

A modernização trouxe inúmeras contribuições para realização deste trabalho geográfico, em primeira veemência destacaremos as primeiras construções que fizeram parte da história deste município, partindo do início de seu crescimento em 1939 até os dias atuais, destacaremos a chegada dos primeiros povos e as primeiras construções civis da época, que foram fundamentais para a emancipação política do município. A análise será desenvolvida dentro de um contexto histórico social, por meio de fontes históricas com fotografias e arquivos do poder público local.

São vários os motivos encontrados para trabalhar este tema, podemos destacar de uma forma geral a questão pessoal, social e acadêmica como prioritárias e decisivas, por ser carrapateirense e não conhecer nenhum trabalho geográfico escrito sobre o município, apresentar um documento, para que seja fonte de pesquisa para as gerações vindouras, onde possam conhecer os problemas de crescimento urbano do município, por um meio escrito e ainda discutir uma nova visão geográfica, partindo da formação de pequenos centros urbanos,

diferente do que é discutido por grandes autores onde os mesmos apresentam a formação de grandes centros urbanos.

O objetivo geral: Analisar os problemas de crescimento urbano do município de Carrapateira do alto sertão da Paraíba, e como objetivos específicos: Compreender a modernização no município de Carrapateira; Evidenciar os problemas de crescimento urbano enfrentados pelo município.

Para realização deste estudo traçamos como procedimento metodológico um estudo referente ao crescimento urbano do município de Carrapateira, Paraíba através da busca de informações disponíveis nos dados do IBGE. Logo, a pesquisa é de caráter descritivo qualitativo tendo como base para análise das características socioeconômicas do município de Carrapateira, dados obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observação através de fotografias.

Os resultados da realização deste estudo estão distribuídos em Introdução, Referenciais Teórico e em dois capítulos, sendo que o primeiro capítulo trata do crescimento urbano de Carrapateira, enfatizando seus aspectos históricos e geográficos. No segundo capítulo, serão abordados de maneira clara e objetiva os principais problemas do crescimento urbano do município. E, por fim, as considerações finais, apontando resultados da pesquisa que fundamentou a construção deste trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

Na concepção de Souza (1988), a urbanização se constitui como um aspecto essencial da projeção do homem sobre o espaço. Portanto, ela consiste no corpo social influenciando na maneira de ser e de viver do ser humano e da sociedade. Ainda segundo Souza (1988) as explicações do fenômeno de urbanização são variados, ou seja, dependem de fatores demográficos, da modernização, dos aspectos econômicos, culturais e sociais. Diante disso, este trabalho tem como fundamental importância analisar os problemas de crescimento urbano ocorrido no município de Carrapateira – PB.

Segundo Deák e Schiffer (2010, p. 113):

Refletir sobre a política urbana brasileira é uma tarefa intrigante e, sobretudo, necessária quando o país apresenta cerca de 80% da sua população urbanizada. É evidente que isto significa uma magnitude de necessidade no equipamento das cidades que não pode ser atendido de maneira espontânea, [...] que ignoram o espaço geográfico como instância a ser considerada na lida com o denominado social.

Compreendemos que as cidades geralmente têm início na necessidade que o ser humano tem em se estabelecer na área urbana á procura de melhores empregos, sustentabilidade, estudos, saúde, moradia etc., migram para as cidades com o intuito de uma vida com melhores condições, mas este crescimento ocorre de forma acelerada provoca um desenvolvimento populacional desigual, não propiciando bens e serviços adequados a toda a população.

sendo assim inicia-se um novo processo de crescimento urbano. Logo, refletir sobre a política de urbanização no Brasil é uma questão necessária, pois, o processo de urbanização, especialmente nos países em ascensão, é uma das formas de relacionamento entre o ser humano e o meio ambiente. As cidades antigas eram pequenas ou menores que as existentes, mais coesas e, mesmo quando edificadas em locais ambientalmente inapropriados, atacavam pouco o meio ambiente, diferente do que se percebe nos dias de hoje.

Por tanto, o processo e a formação de um centro urbano marcam significativamente a história e a vida de toda uma civilização que faz parte deste fato.

Santos (2008, p. 127) afirma que:

O sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, frequentemente firmes hegemônicas, dotadas não só de capacidade de adaptação a conjuntura extremamente grande como da força de

transformação de estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica, da transformação institucional.

A formação da cidade se dá a partir do momento em que, o homem trabalhador do campo deixa de se dedicar apenas ao trabalho rural, para buscar meios de subsistência na cidade, com um trabalho rudimentar, ou seja, com o uso de novas tecnologias, gerando assim aglomerações nas cidades.

Sandra Passavento (2007, p. 11) vai apresentar várias maneiras de como é vista a constituição da cidade:

Cidades, sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as verdadeiras, as reais, as concretas cidade que vivemos.

Isto denota que as cidades são construídas a partir de várias significações, desde o imaginário até a transformação no real, as cidades são utopias, desejos de transformação de inovação e de modernidades, acreditar e querer são os primeiros passos para transformação do sonho na realidade, afinal o que chamamos de mundo real é aquele trazido para os nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. (PASSAVENTO, 2007).

Passavento (2007, p.13) identifica a cidade como uma base de dimensão espacial, mas vista através de um processo econômico- social preciso: ela era o território onde se realizava um processo de produção capital e onde se produziam as relações capitalistas e, por força da opção teórica ou se enfrentavam as classes sociais e se podia apreciar o processo de dominação/subordinação em curso.

A partir das definições apresentadas por Passavento pode se caminhar por vários trilhos para entender cidade, visto que é uma dimensão espacial, onde se constrói, cria, recria, inventa, enfim, são várias as possibilidades que as cidades apresentam uma produção de conhecimento, um crescimento econômico, social e espacial, um ambiente aberto às várias relações de classes sociais.

De acordo com Passavento (2007, p.14) “A cidade na sua compreensão é também sociabilidade ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamento e hábitos”.

A cidade é também um grande espaço de sociabilidade, além de se diferenciar por várias outras características de espaço, economia, êxodo rural, busca de novas formas de vida, é entendida também como um espaço de divertimento e alegria, em que as pessoas possam se divertir e conhecer novas culturas.

A necessidade de pautar essas ideias de acordo com Freitas (2007, p.237) as cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, o vazio das praças cercadas por igrejas, edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num espaço.

È interessante destacar que as cidades com passar dos tempos vem acontecendo grandes transformações, já não se pensa em cidade como antigamente, as cidades, viraram grandes centros capitalistas, onde as pessoas perderam a razão, e fazem de tudo para alcançar a classe social almejada, a violência, às drogas, enfim são vários fatores que nos fazem pensar a cidade com um espaço de divergências. Segundo Ana Fani (2007, p.29):

O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social.

Assim vemos que o espaço geográfico é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, essas ações são complexas dentro da dinâmica das necessidades mutáveis de reprodução das relações de classe que dela emergem.

A realidade do processo de urbanização e desenvolvimento pequenos centros urbanos como o de Carrapateira/PB não têm uma realidade muito diferente das demais cidades, mas tem as mesmas características.

Ainda na concepção de Ana Fani (2007) refletir sobre o processo de urbanização enquanto materialização, as contradições emergem de modo mais gritante, que se trava uma árdua luta por condições mínimas, por direitos básicos já amplamente conquistados.

A urbanização é um fenômeno de extrema complexidade, representando geograficamente o desenvolvimento de um determinado espaço territorial, modificando o meio, tornando-o cidade. Esse desenvolvimento envolve as modificações que ocorrem na malha urbana, sejam pelas construções de casas, prédios, avenidas, escolas, hospitais, entre outros.

Por volta de 1950, a população brasileira possuía um maior índice de concentração populacional na área rural. No decorrer dos anos, este índice se inverte, havendo uma maior

concentração populacional na cidade, fruto de uma urbanização acelerada. Este processo favorece ao indivíduo uma procura para melhores condições de vida, influenciando a saída do seu local de origem, causando assim aglomerações nas cidades.

Nas cidades de pequeno porte não é muito diferente dos grandes centros urbanos, os seus processos de urbanizações na maioria das vezes é descontrolado causando assim certo transtorno na relação ser humano e meio ambiente.

O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico, e refere-se à importância crescente das cidades, como locais de concentrações da população. Isso ocorre, quando a distribuição da população deixa de estar largamente assentada em lugarejos e aldeias, para estar predominantemente em cidade, causando um crescimento, na maioria das vezes, sem nenhum disciplinamento.

Esse modelo de urbanização traz consequências diretas na qualidade de vida dos cidadãos e de seu meio ambiente natural, social e cultural. Essa reflexão pode ser apoiada nas ideias de Rebouças (2006, p. 193) que diz:

Com o crescimento populacional e a densificação, fatores como a poluição doméstica e industrial se agravaram, criando condições ambientais inadequadas, propiciando o desenvolvimento de doenças de veiculação hídrica, poluição do ar e sonora, aumentando de temperatura, contaminação da água subterrânea, entre outros.

Por tanto o processo de urbanização influencia para um crescimento desordenado num determinado espaço, favorecendo a população o uso inadequado da área. Para que este crescimento desordenado não venha acontecer, cabe ao Poder Público manter fiscalizações rigorosas para o cumprimento de leis em vigor.

Cabe aqui a concepção de Ana Fani (2007, p.51):

O espaço urbano aparece como um movimento historicamente determinado num processo social. O modo de produção do espaço contém um modo de apropriação, que hoje está associado à propriedade privada da terra.

De acordo com Ana Fani (2007), o espaço é produto de produção da sociedade, contendo a função de produzir e se reproduzir através da relação estabelecida entre o ser humano e o meio social, pois o espaço geográfico não é estagnado, mas sim uma construção humana continua, em processo de transformação.

Logo, o desafio contido no processo de urbanização que permeia o município diz respeito à quantidade da divisão de terras para herdeiros que não abrem espaço para o crescimento do município.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração deste trabalho foi realizado um estudo referente ao crescimento urbano do município de Carrapateira, Paraíba desde 1939 à 1961 quando elevada a categoria de cidade. Através da busca de informações disponíveis na internet em dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. A discussão dos temas citados anteriormente é um subsídio importante para a concretização desta pesquisa, pois proporciona o conhecimento mais detalhado da realidade do Município de Carrapateira, na medida em que são enfatizados alguns fatores desencadeadores dos processos de urbanização, questão de maior interesse deste estudo, assim como o reconhecimento dos principais problemas de urbanização.

A pesquisa é de caráter descritivo qualitativo tendo como base para análise das características socioeconômicas do município de Carrapateira, dados obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observação por meio de fotografias. Partindo também do trabalho de autores como Ana Fani (2007), Santos (2008), Deák e Schiffer (2010), Passavento (2007), Rebouças (2006), Freitas (2007).

3. O CRESCIMENTO URBANO DE CARRAPATEIRA

O processo de urbanização da cidade de Carrapateira vêm sofrendo desde a sua emancipação política em 1961 até os dias atuais. As características de crescimento urbano são típicas de cidades de pequeno porte, dificultando assim o processo de expansão por falta de espaço para que ocorra um crescimento urbano, favorecendo o desenvolvimento econômico do município. No processo histórico da cidade, não se tem nenhum registro de implementação de conjuntos habitacionais ou de loteamentos urbanos na cidade. Comenta-se muito em parcerias de programas sociais implementados e aprovados pelo governo federal em parceria com o município, mas, não é posto em prática.

Segundo Ana Fani (1994), “a cidade tem uma dimensão geográfica no sentido de ser a expressão material da dinâmica social, econômica, política e cultural, que se constitui no âmbito de uma determinada formação social”. Assim sendo, Carrapateira apresenta segundo IBGE (2010) uma população de 2.378 habitantes, e com poucos atrativos cultural, educacional e econômico dificultando assim a permanência da população nativa e a fixação de visitantes.

3.1 Aspectos Históricos

Carrapateira, na condição de sítio mais tarde povoado deu-se início ao seu desenvolvimento em 1939, quando foi eleita a categoria de distrito de São José de Piranhas – PB. O seu desenvolver foi influenciado por grupos de familiares que aqui residiam e resolveram-se instalar abrindo novos espaços para futuros moradores, as primeiras construções enquanto distrito foi a Capela de Santo Afonso e o Cemitério público, que foi um marco na história da região, a cada dia aproxima-se de uma possível cidade, mas enquanto distrito Carrapateira ganhava forma. Visto que se encontravam aqui vários povos de diferentes regiões circunvizinhas que compravam, vendiam e trocavam seus produtos, a partir desses ensejos que resolveram reunir forças para iniciar a realização do tão almejado sonho dos carrapateirenses. Resolveram dar início ao movimento de emancipação, onde contaram com os senhores José Cavalcante, deputado estadual na época, José Batista Sobrinho, seus principais baluartes. Sua elevação aconteceu por força de lei de nº 2612, dia 11 de dezembro de 1961, sendo instalada oficialmente a 28 do mesmo mês e ano, desmembrados de São José de Piranhas e formando um único distrito da sede. Atual administração foi instalada a 31 de

janeiro de 1973, empossando-se no cargo de prefeito municipal o senhor José Pedrosa. Segundo Christaller (2002, p.30):

[...] para ser uma cidade, precisa mais que possuir um dado número de habitantes x ou y, apresentar certa centralidade econômica (e adicionalmente, também política), e algumas características econômicas espaciais que a distingui de um simples núcleo formado por lavradores ou pastores, agrupados, em um habitat rural concentrado, por questões históricas ligadas a tradições ou a segurança.

Desta forma, o desenvolvimento econômico da cidade iniciou-se com a primeira feira livre no dia 15 de fevereiro de 1937. Uma feira que reunia pessoas das cidades e sítios vizinhos para compra de cereais e carnes. Em 1938 foram abertas as primeiras lojas de tecidos. Também foi criado o primeiro, e único até hoje, cartório de Registro Civil de Carrapateira. Foi iniciada, em 1945, a construção de um mercado público pelo prefeito interino de São José de Piranhas, Antônio Andrade e somente foi concluído em 1950, pelo prefeito Nelson Lacerda.

A construção da Capela de Santo Afonso em 1919, pelo esforço do Padre Nicolau Leite, na época o então vigário da cidade de São José de Piranhas, veio contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade.

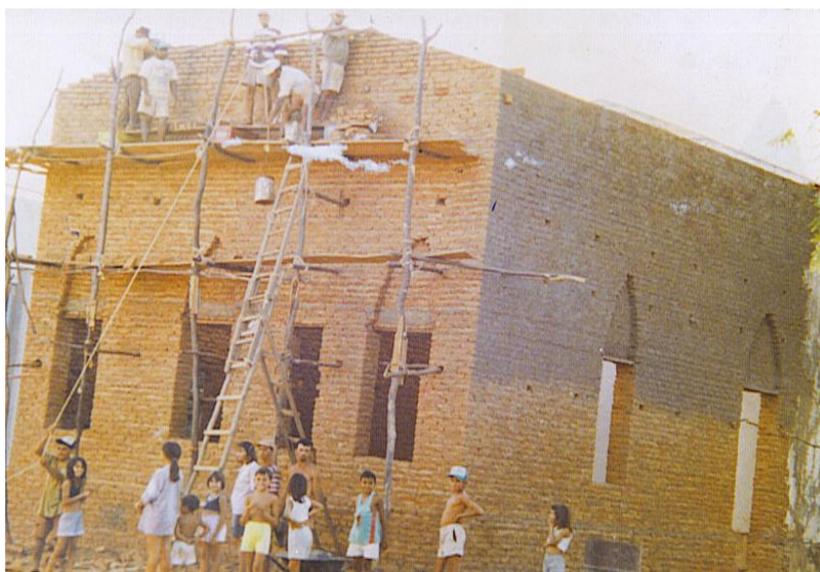


Foto 1: Padre Nicolau Leite **Foto 2:** Construção da Capela Santo Afonso
Fonte: Prefeitura Municipal de Carrapateira – PB

O Sítio Carrapateira é elevado à categoria de vila pelo então prefeito de São José de Piranhas Malaquias Barbosa, ocasião esta da construção das primeiras ruas em 01 de fevereiro de 1937. Sua evolução como povoada foi lenta, justificada pela sua localização entre serras de difícil acesso. Por isso, passou muitos anos para encontrar seu progresso. Atualmente a estrada que dar acesso ao município está asfaltada, mas isso não influenciou no desenvolvimento econômico e no desenvolvimento urbano, só trouxe melhorias para o deslocamento aos municípios circunvizinhos.



Foto 3: Município de Carrapateira – PB
Fonte: Prefeitura Municipal de Carrapateira – PB

A partir de então município conseguiu sua emancipação política e teve sua primeira eleição constitucional em 1962, cujo primeiro prefeito eleito foi Mozar Dantas de Oliveira. Hoje Carrapateira está com 54 anos de emancipação política com prefeito atual André Pedrosa Alves.

Atualmente de acordo com último censo do IBGE, o município possui uma população de 2.378 habitantes, tendo como previsão para 2014 um total de habitantes que corresponde a 2.566 habitantes, dos quais 1.247 são homens (52,4%) e 1.031 mulheres (47,6%). O município possui um IDHM de 0,603. A taxa de urbanização está representada por 1.713 pessoas que vivem na zona urbana (72%) e a rural 665 (28%)

População - Carrapateira (PB)

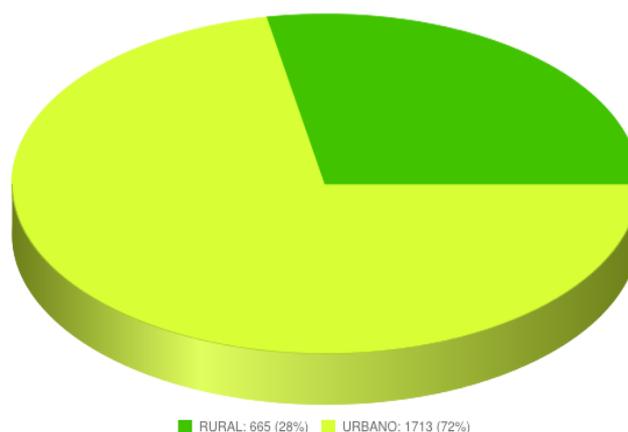


Gráfico1: População – Carrapateira- PB
Fonte: IBGE 2010

O gráfico acima mostra que a maioria da população reside na área urbana, é importante perceber que a participação frequente do indivíduo em um dado território, poderá influenciar na degradação do meio ambiente, em virtude da falta de conscientização humana, e pela ausência da fiscalização por parte do Poder Público.

3.1.1 A origem do nome: Carrapateira

A origem do nome Carrapateira é devido a uma planta da família Euforbiácea, espécie *Ricinus communis* L. originária da Etiópia (África), conhecida popularmente como: carrapateira, mamoneira, palma de cristo, que havia em abundância na região, na época de seu desbravamento.



Figura 1: Planta que deu origem ao nome do município
Fonte: <<http://www.afloresta.com.br/produtos/linha-exoterica/mamona/>>.

Fonte: Professor Cícero Marcos Meneses da Silva, (adaptado do texto escrito pelo Senhor José Pereira Sobrinho, 2005).

3.2 Economia Local

Passando a uma análise do Produto Interno Bruto (Valor Adicionado), este se ancora basicamente em três setores econômicos, sendo eles serviços, indústria e agropecuária, responsáveis por movimentar, nesta ordem, 12.614mil, 1.596 mil e 512, ficando evidente que o setor de serviços é o mais acentuado na economia municipal de Carrapateira.

Variável	Carrapateira	Paraíba	Brasil
Agropecuária	512	1.072.171	105.163.000
Indústria	1.596	3.392.154	539.315.998
Serviços	12.614	10.592.779	1.197.774.001

Tabela 1: Economia Local
Fonte: IBGE 2010

Em se tratando do rendimento salarial mensal, 953 pessoas não usufruem de tal benefício, 833 recebem até 1 salário, 154 até 2, 30 até 3, e 23 pessoas recebem de 3 a 5 salários mínimos. Desse total, 55,7% são mulheres e 44,3% compreendem cidadãos do sexo masculino.

De acordo com o censo feito em 2010, as despesas não ultrapassaram o número de receitas orçamentárias, uma vez que estas chegaram a 6.483.463,46 milhões enquanto que aquelas não passaram de 5.463.407,45 milhões.

Variável	Carrapateira	Paraíba	Brasil
Receitas	6.483.463,46	4.254.694.315,59	270.856.088.564,26
Despesas	5.463.407,45	3.631.922.699,44	232.720.145.984,84

Tabela 2: Receitas orçamentárias e despesas do município
Fonte: IBGE 2010

3.2.1 Produção Agropecuária

O município possui capacidades de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e da agricultura. No caso do setor pecuário, as principais culturas de rebanho apontadas pelo censo de 2010, num paralelo com uma previsão feita para o ano de 2013 são:

Pecuária	
2010	2013
Gado bovino: 1.920 cabeças	Gado bovino: 2.000 cabeças
Caprino: 248 cabeças	Caprino: 176 cabeças
Eqüino: 22 cabeças	Eqüino: 16 cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos – efetivo dos rebanhos: 1.250 cabeças	Galináceos – total – efetivo de rebanhos: 1.157 cabeças
Galinhas – efetivo dos rebanhos – 410 cabeças	Galináceos – galinhas – efetivo dos rebanhos - 318 cabeças
Leite de vaca: 385 mil litros	Leite de vaca: 352 mil litros
Ovino: 645 cabeças	Ovino: 437 cabeças
Suíno – efetivo dos rebanhos: 252 cabeças	Suíno – total: 224 cabeças
Vacas ordenhadas: 342 cabeças	Vacas ordenhadas: 326 cabeças

Tabela 3: Pecuária Local
Fonte: IBGE 2010

Por outro lado, os dados coletados da Produção Agrícola Municipal do IBGE indicam quais são as principais culturas agrícolas do município de Carrapateira, que se subdividem em lavoura permanente e lavoura temporária. No que diz respeito à lavoura permanente, de acordo com o censo de 2010, a quantidade de banana (cacho) produzida é de 40 toneladas, desencadeando num rendimento médio de 20.000 quilogramas por hectare. Já a produção de goiaba atingiu a quantidade de 14 toneladas, de modo a render, em média, 7.000 quilogramas por hectare. Assim como se procedeu ao tópico “Pecuário”, também será feito um confronto de dados envolvendo os anos 2010 e 2013 para a lavoura temporária:

Produção Agrícola Municipal – Lavoura temporária	
2010	2013
Arroz (em casca) – área plantada: 20 hectares	Arroz (em casca) – área plantada: 20 hectares
Arroz (em casca) – área colhida: <u>valor não declarado</u>	Arroz (em casca) – área colhida: 20 hectares
Arroz (em casca) – quantidade produzida: <u>valor não declarado</u>	Arroz (em casca) – quantidade produzida: 6 toneladas
Arroz (em casca) – rendimento médio: <u>valor não declarado</u>	Arroz (em casca) – rendimento médio: 300 quilogramas por hectare
Feijão (em grão) – área plantada: 50 hectares	Feijão (em grão) – área plantada: 50 hectares
Feijão (em grão) – área colhida: <u>valor não declarado</u>	Feijão (em grão) – área colhida: 50 hectares
Feijão (em grão) – quantidade produzida: <u>valor não declarado</u>	Feijão (em grão) – quantidade produzida: 5 toneladas
Feijão (em grão) – rendimento médio: <u>valor não declarado</u>	Feijão (em grão) – rendimento médio: 100 quilogramas por hectare
Milho (em grão) – área plantada: 60 hectares	Milho (em grão) – área plantada: 50 hectares
Milho (em grão) – área colhida: <u>valor não declarado</u>	Milho (em grão) – área colhida: 50 hectares
Milho (em grão) – quantidade produzida: <u>valor não declarado</u>	Milho (em grão) – quantidade produzida: 8 toneladas
Milho (em grão) – rendimento médio: <u>valor não declarado</u>	Milho (em grão) – rendimento médio: 160 quilogramas por hectare

Tabela 4:Produção Agrícola Municipal – Lavoura temporária
Fonte: IBGE 2010

3.2.2 Mercado de trabalho

Seguindo a tendência de coletar dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, este quesito será elementado com duas informações principais: a primeira delas, diz respeito às pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas; a segunda, contrapondo-se à primeira, se refere às pessoas de 10 anos

ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de não economicamente ativas.

3.3 Aspectos Geográficos

O município de Carrapateira, está localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, na micro região de Cajazeiras, distanciando-se da Capital do Estado em 469,5 km. Possui uma área de 72,78 km² representando 0.1289% do Estado, 0.0047% da Região e 0.0009% de todo o território brasileiro, gerando assim uma densidade demográfica de 32,8 hab./km². A altitude da sede é de 372 m. Limita-se a Oeste e Sudoeste com São José de Piranhas, ficando a uma distancia de 25 km da sede, a norte Nazarezinho, cuja distância até a sede é de 18 km e a Leste e Sudeste Aguiar, sendo distantes 30 km da sede. A “sede municipal apresenta coordenadas geográficas de 38° 20’ 38” longitude oeste e 07° 02’ 20” de latitude sul.

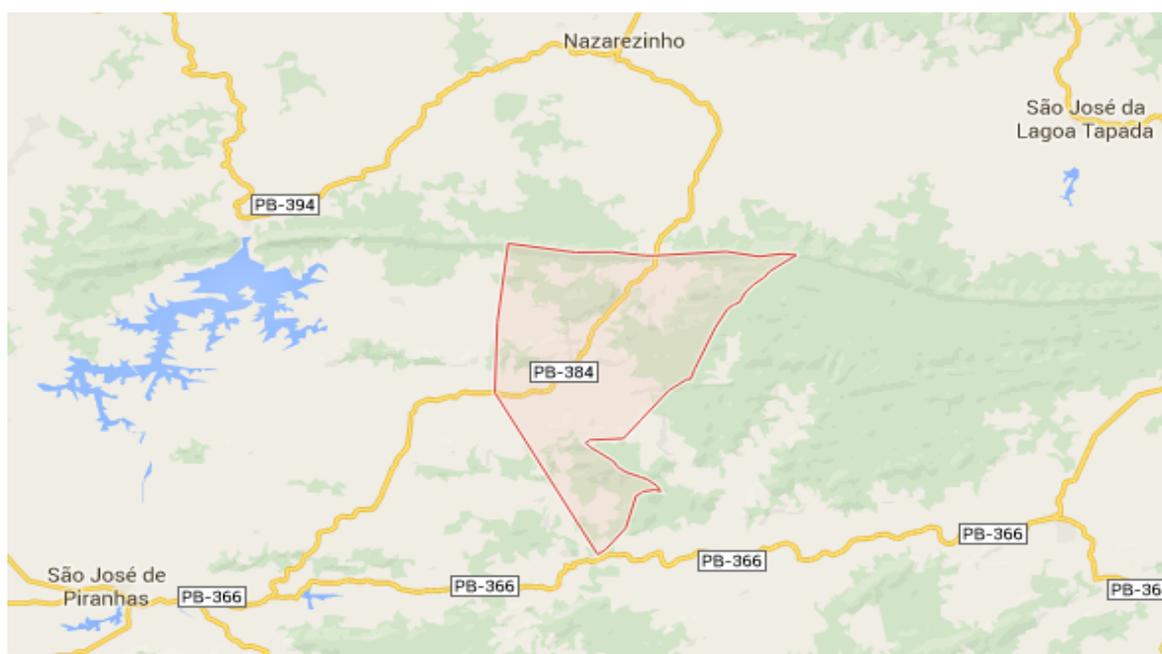


Figura 2: Mapa de localização do município de Carrapateira/PB
Fonte: Google Maps, 2015

O acesso a partir de João Pessoa é feito através da BR- 230 até a cidade de Sousa, onde se segue na mesma via por mais de 17 km. Neste ponto toma-se a PB- 384, percorrendo-se cerca de 30 km até a sede municipal ou segue-se até a cidade de Cajazeiras, tomando a PB- 400 até o município de São José de Piranhas, onde provia da PB 384 percorre-se aproximadamente 25 km até a sede do município.



Figura3: Mapa de acesso rodoviário

Fonte: Plano de Contingência Municipal 2013/2016 – Coordenação Municipal de Defesa Civil.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critério e índice pluviométricos, o índice de aridez e o risco de seca.

O clima é semiárido, quente e seco, com pluviosidade média de 800 mm por ano, distribuída irregularmente ao longo do ano. O período chuvoso ocorre de dezembro a maio, a vegetação é a caatinga xerófila, com cactáceas e arbustos de pequeno a médio porte. O município insere-se na bacia hidrográfica do rio Piranhas, na sub-bacia do rio Piancó. Tem como principais cursos d'água os riachos Olho d'água, do Barbedo e da Cachoeira, todos de regime intermitente. O contingente populacional do município, especialmente sobre a taxa de urbanização dos dois últimos censos Demográfico do IBGE corresponde a 2.375 habitantes.

Em termos climatológicos o município acha-se inserido no determinado “Polígono das Secas”, constituindo um tipo semiárido quente e seco, segundo a classificação de Koppen (1884). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando a noite, com variações anuais dentro de um intervalo 23° C a 30° C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca. O regime pluviométrico, além de baixo e irregular com médias em torno de 800 mm/ano. Devido às oscilações dos fatores climáticos, podem ocorrer variações com valores para cima ou para baixo do intervalo referenciado. No geral caracteriza-se pela presença de apenas 02 estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de Setembro a Dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno.

A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerófila, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno e médio porte. Os solos são resultados da degradação das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo de composição areno argilosa, tendo-se localmente latossolos e porções de solos de aluvião.

Fonte: Professor Cícero Marcos Meneses da Silva, (adaptado do texto escrito pelo Senhor José Pereira Sobrinho, 2005).

4. OS PROBLEMAS DO CRESCIMENTO URBANO

As cidades foram sendo desenvolvidas, na sua maioria, sem nenhum planejamento estrutural. Diversos problemas ambientais são ocasionados sobre os recursos naturais, decorrentes da necessidade de desenvolvimento provocada pelo aumento da demanda populacional, afetando diretamente a qualidade ambiental como, por exemplo: inundações, erosão, aumento dos resíduos sólidos, assoreamento de reservatórios e poluição das águas, como também, outros problemas sociais para a cidade como o uso inadequado da terra, influenciando assim, na qualidade de vida da população que reside no local. Para Afonso (2006, p. 37):

A urbanização é o processo intrinsecamente ligado à dinâmica das relações sociais. Nas situações não urbanizadas, o caminhar define o raio de ação da vida cotidiana e a apreensão do mundo. A sobrevivência está intimamente ligada aos recursos locais, definindo-se modelos específicos de organização espacial para cada conjunto de recursos. No processo de urbanização, meios variados e eficientes de deslocamento de pessoas, produtos, informações e ideias transformam essas relações, e a cidade se constitui no lugar onde vários grupos, embora permanecendo distinto um dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um mesmo território.

Com o aumento da população vivendo em cidades, estas necessitam de um acompanhamento e do desenvolvimento de infraestrutura, pois à medida que a urbanização vem ocorrendo de forma acelerada e desordenada, passa a encarar a demanda por serviços básicos, como transporte, água, energia, moradia digna e rede hospitalar. O poder público é responsável por este acompanhamento, mas nem sempre essa infraestrutura acompanha o ritmo do crescimento populacional de forma correta para a subsistência da população.

Partindo do ponto de vista mais sistemático, os sonhos dos carrapateirenses eram perceptíveis a qualquer olhar. Entretanto, essa urbanização e modernização não aconteceram em uma velocidade de tempo. Muitos casos foram desdobrados para se chegar ao tão sonhado desenvolvimento, sabe-se que o desenvolvimento de um centro urbano passa por vários processos de transformações. Com Carrapateira não foi diferente: a população sofreu com estas transformações em curto prazo, não houve uma aceitação da sociedade, visto que era necessária a doação de terrenos para as construções, em muitos casos os donos das propriedades não queriam se desfazer do seu patrimônio, gerando vários conflitos familiares.

Dessa maneira, o espaço é tido como criação social, de modo que a sociedade evolui no tempo e no espaço. Por conseguinte, a questão urbana está intimamente ligada às questões econômica, social e política. Segundo Santos (2008, p. 128):

A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexa; cada cidade e seu campo respondem com relações específicas próprias às condições novas da realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada.

Em se tratando de Carrapateira, pode-se dizer que não há, por parte dos herdeiros, o reconhecimento de que suas terras podem favorecer o crescimento do município. Diante dessa situação, e a partir da necessidade de crescimento do próprio município se constitui uma nova realidade na construção do espaço. Dessa forma, o crescimento urbano ocorre uma nova forma de pavimentação, isto é, a população se recorre à construção de casas com um a dois andares, que é o limite permitido pelo espaço disponível, desfavorecendo assim o crescimento urbano do município.



Foto 4: Crescimento urbano

Fonte: Acervo particular, autoria de Francisca Pereira da Silva, 2015.



Foto 5: Aspectos do crescimento urbano

Fonte: Acervo particular, autoria de Francisca Pereira da Silva, 2015.

Em consequência da urbanização, este espaço territorial foi sendo modificado pela ação humana configurada pela influência de moradores, comerciantes, ou determinações políticas, influenciando assim, na degradação do espaço e gerando impactos ambientais. O lugar que era visto como uma região pacata foi ganhando formas, movimentos, rendas e inúmeros impactos ambientais.

Segundo Carlos (2007, p. 57):

A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume forma, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. Por outro lado, é necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais.

Portanto, a expansão urbana no município de Carrapateira ocorre lentamente por meio da construção de moradias particulares em novos terrenos ou reaproveitamento de moradias de familiares na construção de prédios. Para alcançar seu crescimento urbano, uma cidade tem de se organizar no espaço, integrando e aumentando a sua independência visando à sobrevivência da população no lugar a qual se desenvolve.

Ainda sobre a expansão territorial, Barbosa (2005) ressalta que “o crescimento da cidade é, em grande medida, movida pelas pressões iniciativas dos interesses fundiários”. Vale ressaltar que a área central da cidade em questão é formada em grande parte de comércio local e prédios públicos, habitados por pessoas de melhores condições econômicas.

No subcentro da cidade o modelo de urbanização é mais visível, as ruas são mais estreitas e com uma única via de transporte ao centro. Sendo que algumas ruas sofrem com o descaso do poder público, uma vez que, geralmente nessa área as ruas não são todas pavimentadas, falta saneamento básico adequado e uma infraestrutura de qualidade. Assim sendo:

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. (CARLOS 2007, p. 45).

Nessa condição, o crescimento urbano de Carrapateira passa por vários problemas condicionados tanto à necessidade de espaço para construção de moradias, quanto às condições de trabalho oferecidas no município, já que a principal fonte de renda (além de alguns comércios e a agricultura que não anda muito bem por causa da seca) é a prefeitura que não pode, por si só, resolver o problema de desemprego da população. Isso ocasiona o deslocamento de pessoas para outros centros urbanos em busca de melhores condições de vida ou de apenas um trabalho que o município não tem condições de oferecer.

Cabe ao poder público local analisar o crescimento urbano de forma planejada, buscando benefícios para a população, para que não ocorra crescimento desordenado nem comprometa a capacidade da gestão municipal em oferecer e implantar a infra-estrutura básica. O planejamento de ações ordenadas através de estudos de zoneamento urbano e ambiental é indispensável, pois pode determinar a melhor forma de uso de ocupação da terra, garantindo a qualidade de vida da população local.

Essa realidade que rodeia os problemas de crescimento urbano não condiz com o que é abordado na Lei Orgânica do município referente às políticas urbanas, a qual expõe no Artigo 154 que “A política de desenvolvimento urbano a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, com diretrizes fixadas em lei, terá por objetivo o ordenamento e pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes”.

A PMC é responsável pela fiscalização das leis implantadas ao município, cabendo a este órgão a punição aos moradores que infringirem a lei. As principais leis que podemos abordar para o disciplinamento no uso deste espaço urbano são:

Lei Orgânica

§1º -O plano de desenvolvimento ou plano diretor, aprovada pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano de desenvolvimento ou plano diretor.

§3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro observando-se todos os dispositivos na Constituição Federal.

Art. 158 – O Plano Diretor, provado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo município.

§1º - O Plano Diretor estabelecerá os critérios que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio Ambiental Natural e o interesse da coletividade.

§2º - O Plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade.

§3º -O Plano Diretor decidirá as áreas de especiais de interesse social, urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

Art. 160 – O Município promoverá em consonância com a sua política urbana e respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento, programas de habitação popular, destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município, mediante as ações:

I – Ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica;

II – Estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;

III – urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda.

Lei nº 184/2006- Código de Posturas:

Art.25- Os terrenos pertencentes ao município e cuja divisão em lotes constar do plano de Remodelação e Extensão da cidade e das vilas, aprovado na forma da lei, poderão ser vendidos nos termos deste Título, salvo aqueles que o plano reserva as finalidades especiais de interesse público.

[...]

Art.26- Os terrenos dos logradouros públicos, assim como qualquer imóvel de uso comum ao povo, não poderão ser alienados e nem doados, a não ser que condições particularíssimas imponham a medida.

[...]

Art.30- Em se tratando de construções que se destinem a fins industriais, culturais, desportivos ou de beneficência, poderá ser vendida área maior.

§1º-da planta cadastral construção as zonas reservadas para as construções de que trata o presente artigo;

§2º- no caso deste artigo, o arrematante pagará 40% (quarenta por cento) do preço da arrematação, ao ser lavrado o respectivo auto, e o restante em 03 (três) prestações iguais.

Art.34- As disposições deste Código, relativas à venda de lotes, deverão constar da escritura.

Partindo do pressuposto da análise dos instrumentos de regularização e de ordenamento do uso do solo, existem inúmeros aspectos que não são postos em prática. Sendo assim, é possível destacar na Lei Orgânica o aspecto que compõe a organização do município enfatizando a atuação do Poder Legislativo, que não demonstra interesse pelo desenvolvimento do Município. Neste aspecto, é possível perceber a contradição que existe entre a lei e a prática no município.

Portanto, com o estudo destas Leis, constatamos a necessidade da fiscalização árdua para o disciplinamento do uso dos terrenos, pois, a fiscalização é lenta, ocasionando assim, descumprimento em boa parte do que pressupõem as leis.

Considerando os aspectos técnicos e políticos, envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação do governo municipal, propiciando que as autoridades técnicas em planejamento e representantes da sociedade civil, participem de debates sobre os problemas locais, tentando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Diante dessa lei, é possível perceber as irregularidades existentes neste pressuposto. No planejamento municipal não existem membros fiscalizadores da sociedade civil a fim de promover uma transparência ao acesso das informações disponíveis para o interesse da população local e que visem uma solução para os problemas públicos, o bem estar da população e a melhoria da prestação de serviços públicos municipais.

Para que haja um bom disciplinamento no uso do espaço, não basta apenas a aplicação de Leis, e sim o seu cumprimento. A sociedade é o foco primordial para o avanço de um determinado local, cabendo a cada cidadão o seu usufruto de maneira adequada, e ao Poder Público a fiscalização e a aplicação de multas às pessoas que infringirem as leis.

O disciplinamento e o uso correto de um espaço seja ele privado ou público, só tende a gerar benefícios para todos que os usufruem, favorecendo assim, uma melhor qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento urbano ocorre em diferentes formas e processos históricos, desenvolvendo-se ao longo dos anos, provocando mudanças desiguais no espaço territorial para as diversas classes sociais. Percebemos que a urbanização é caracterizada por processos sociais que rebatem na produção dos espaços e que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais, que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidade.

A urbanização é um fenômeno de extrema complexidade, representando geograficamente o desenvolvimento de um determinado espaço territorial, modificando o meio, tornando-o cidade, com toda a sua complexidade de significações. Esse desenvolvimento envolve as modificações que ocorrem na malha urbana, sejam pelas construções de casas, prédios, avenidas, escolas, hospitais, entre outros.

Este trabalho obteve como entendimento os processos de urbanização ocorridos no município de Carrapateira – PB, que apresenta um pequeno porte populacional e com poucos atrativos cultural, educacional e econômico dificultando assim a permanência da população nativa e a fixação de visitantes.

O modo ao qual o indivíduo esteja inserido ao meio, é de suma importância, devido à existência de uma infinidade de representações sociais, seja ela por interagir-se, compartilhar, respeitar, mantendo a relação do indivíduo-sociedade.

O crescimento urbano de Carrapateira passa por vários problemas condicionados tanto a necessidade de espaço para construção de moradias, como as condições de trabalho oferecidas no município, já que a única fonte de renda, além de alguns comércios e a agricultura que não anda muito bem por causa da seca, é a prefeitura que não pode, por se só, resolver o problema de desemprego da população. Isso ocasiona o deslocamento de pessoas para outros centros urbanos em busca de melhores condições de vida ou de apenas um trabalho que o município não oferece.

Com a variedade das formas de uso desta área, cabe ao Poder Público aplicar fiscalização rigorosa, para o cumprimento de leis em vigor, para a preservação do meio ambiente, e o uso disciplinado deste espaço urbano.

Por fim, este trabalho é de suma importância para o entendimento de todo o processo de crescimento urbano do município de Carrapateira desde a sua emancipação política em 1961 até os dias atuais, logo, mediante os problemas que afetam o crescimento urbano desse

município, apresentado no decorrer deste estudo, pode-se chegar a conclusão de que uma das soluções seria a doação, ou loteamento para venda das terras herdadas, cabendo ao poder público local refletir sobre o crescimento urbano de forma planejada, buscando benefícios para a população, para que não ocorra o crescimento desordenado e comprometa a capacidade da gestão municipal em oferecer e implantar a infraestrutura básica, o planejamento de ações ordenadas através de estudos de zoneamento urbano e ambiental, pode determinar a melhor forma de uso de ocupação da terra, garantindo a qualidade de vida da população local.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Cintia Maria. **A Paisagem da Baixada Santista: urbanização, transformação e conservação**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2006.

ARRUDA, Maria do Socorro Moreira de. **O ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO: OCUPAÇÃO E USOS DAS ÁREAS EM TORNO DO AÇUDE GRANDE NA CIDADE DE CAJAZEIRAS, PB**. 2014.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social**. In: Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BARBOSA, A.G. **Produção do espaço e transformações urbanas no Litoral Sul de João Pessoa-PB**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Natal: Universidade Federal do Rio de Grande do Norte, p 18-27.

CARRAPATEIRA, Prefeitura Municipal. Lei Orgânica do Município de Carrapateira. 17/12/2002.3

CARRAPATEIRA, Prefeitura Municipal. **Lei nº 184/2006**- estabelece o Código de Postura do município de Carrapateira. 17/08/2006.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R; **O processo de urbanização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PASSAVENTO, Sandra. **Livro constituição da cidade**. Junho, 2007.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, Cícero Marcos Meneses da. **CARRAPATEIRA/PB – FATORES HISTÓRICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO**. Texto adaptado pelos escritos do Senhor José Pereira Sobrinho, 2005.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba: o percurso e as tramas do moderno**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.